



Recebido, Autue-se e
Inclua em pauta.

26 NOV 2013

Secretário

Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

DEPARTAMENTO DE APOIO À PRODUÇÃO PARLAMENTAR – DAPP

PROTOCOLO

ESTADO DE RONDÔNIA
Assembléia Legislativa

26 NOV 2013

Protocolo: 024/13

Processo: 024/13

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 093/13



AUTOR: MESA DIRETORA

Converte em pecúnia período de licença prêmio dos Policiais Militares cedidos ao Poder Legislativo em conformidade com a legislação vigente.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA decreta:

Art. 1º. Converte em pecúnia, mediante solicitação, um período de licença prêmio por assiduidade adquirido pelo Policial Militar cedido ao Poder Legislativo em conformidade com a legislação vigente.

Art. 2º. A conversão de que trata o artigo anterior será igual à última remuneração mensal percebida pelo servidor.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário das Deliberações, 26 de novembro de 2013.

Deputado **HERMÍNIO COELHO**
Presidente ALE/RO

Deputado **Maurão de Carvalho**
1º Vice-Presidente/ALE

Deputado **Edson Martins**
2º Vice-Presidente/ALE



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.


DEPARTAMENTO DE APOIO À PRODUÇÃO PARLAMENTAR – DAPP

PROTOCOLO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº

AUTOR: MESA DIRETORA


Deputado José Lebrão
1º Secretário/ALE


Deputada Glaucione Rodrigues
2ª Secretária/ALE

Deputado Marcelino Tenório
3º Secretário/ALE

Deputado Valdivino Tucura
4º Secretário/ALE

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

O objetivo deste Projeto de Resolução nada mais é do que uma maneira de fazer justiça aos Policiais Militares que laboram nesta Casa, cedidos pelo Governo do Estado sem ônus para aquele Poder.

A Lei Complementar nº 694, de dezembro de 2012, garantiu direitos aos servidores públicos que servem ao Estado de Rondônia, naquilo que é pertinente à concessão de licença prêmio por assiduidade ou sua substituição por proveito pecuniário.

A Procuradoria Geral do Estado já se manifestou favorável em consulta realizada àquele Órgão, desde que haja disponibilidade orçamentária e financeira “e que seja averbada na ficha funcional do servidor, a fim de evitar pagamento em *bis in idem*.”